

Crise Política e Pandemia: distopias, utopias e realidades na interface entre a gestão pública e gestão social¹

Political Crisis and Pandemic: dystopias, utopias and realities at the interface between public and social management

Edgilson Tavares de Araújo²

RESUMO

A pandemia da Covid-19 gerou uma catástrofe. Em sete meses, no Brasil são mais de 5 milhões de contaminações e mais de 150 mil brasileiras e brasileiros mortos. A crise política que impinge a gestão pública retrocessos numa ótica neoconservadora e neoliberal também aprofundou ainda mais uma série de distopias. Esse ensaio busca além de refletir sobre como isso ocorreu no âmbito das experiências públicas, argumentar sobre como a gestão social pode apontar caminhos para novas utopias necessárias ao fortalecimento da esfera pública.

Palavras chave: pandemia, crise política, gestão pública, gestão social

ABSTRACT:

The Covid-19 pandemic has created catastrophe. In seven months, in Brazil there are more than 5 million contaminations and more than 150 thousand Brazilians killed. The political crisis that forces public management to setbacks from a neoconservative and neoliberal perspective has also deepened a series of dystopias. This essay seeks, in addition to reflecting on how this occurred in the context of public experiences, to argue about how social management can point to new utopias necessary to strengthen the public sphere

Keywords: pandemic, political crisis, public management, social management

Não tenho medo da morte (GILBERTO GIL, Banda Larga e Cordel, 2008)

Não tenho medo da morte
 Mas sim medo de morrer
 Qual seria a diferença
 Você há de perguntar
 É que a morte já é depois
 Que eu deixar de respirar
 Morrer ainda é aqui

¹ Artigo selecionado em modalidade Fast Track relativo ao Pré Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Editoria especial: Edgilson Tavares de Araújo (UFBA), Leonardo Prates Leal (UFAL), Maria Amélia Jundurian Corá (UFAL).

² Doutor em Serviço Social (PUC-SP). Bolsista de Produtividade DT – CNPq. Professor Adjunto da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EUFBA). Presidente da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP). E-mail: edgilson@gmail.com

Na vida, no sol, no ar
(...)

A morte já é depois
Já não haverá ninguém
Como eu aqui agora
Pensando sobre o além
Já não haverá o além
O além já será então
Não terei pé nem cabeça
Nem fígado, nem pulmão
Como poderei ter medo
Se não terei coração?

1. Introdução

A catástrofe gerada pela pandemia da Covid-19 está muito associada além da crise sanitária à crise de valores éticos e políticos que vivemos no mundo. Estas têm mobilizado muitas distopias, sentimentos e sensações negativas, além de comportamentos cada vez mais individualistas e sem empatia, que afasta da lógica republicana ou do interesse comum. Não falo mais em crise, mas em catástrofe. Desde março de 2020 quando é declarada mundialmente a pandemia e o seu combate associado ao isolamento social e procedimentos de higiene (lavar as mãos, uso de álcool em gel e máscara etc.) tivemos uma ascensão vertiginosa da curva de contaminação e mortes no Brasil. Em 18 de maio, anunciava-se na mídia que ultrapassávamos o Reino Unido, passando a ocupar o lugar de terceiro país do mundo com maior número de contaminados (254.220), ficando atrás apenas dos Estados Unidos (1,5 milhão) e da Rússia (290.678). Naquele momento, em 72 horas passamos de sexto para terceiro, tendo mais casos que a França, a Itália e a Espanha, países que já tinham índices considerados assustadores (Isto É, 2020). Em 22 de maio, já éramos o segundo país em número de contaminados com mais de 330 mil casos do Novo Coronavírus e 21.048 mil mortes (IG, 2020). Em 25 de março, em minha fala durante a realização do Pré-ENAPEGS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social), na modalidade virtual, divulguei dados do Ministério da Saúde, até então publicizados, citando que estávamos com 418 mil contaminados e 26 mil mortos pela Covid-19, sendo mais de 1000 mortes por dia (BRASIL, 2020). Tudo isso ocorria ainda em meio a subestimação da doença por parte do Presidente da República que de modo negacionista e obscurantista, considera a doença como uma “gripezinha” e, para piorar, alterou a direção do Ministério da Saúde que passou a ser gerido por um militar em substituição um médico de ideais liberais. Este pelo menos vinha agindo de modo ético frente ao juramento pela sua formação de origem. Isso gerou questões ainda mais catastróficas, pois passamos a sequer ter dados oficiais, mesmo cientes das subnotificações quanto aos registros de casos, após a decisão de não publicidade destes pelo referido Ministério, órgão público que por essência deveria pelo menos calcular e publicar números, já que cuidar de pessoas nunca foi a tônica do atual governo federal.

Passamos a ser a nação mais afetada pela Covid-19 na América Latina. Para além das dificuldades de lidar com uma pandemia num país de tamanho continental e com grande população que vive com díspares estruturas de saúde nos contextos locais e grandes desigualdades sociais, vivemos lógicas pouco politizadas e com pouco acesso à educação científica, que agravam a falta de empatia e o individualismo no nosso povo. Argumento que, de fato, a catástrofe é agravada devido a ausência de gestão pública de crises, com um plano de ação federal para o fortalecimento de políticas públicas, a partir de um ethos democrático e republicano. Falta de exames para diagnóstico, não estruturação do problema público gerado

pela pandemia e consequente ausência ou atabalhoamento na execução das parcas alternativas governamentais para garantir o mínimo de direitos as cidadãs e cidadãos. Sequer foram ofertadas condições de trabalho adequadas e coordenadas ações preventivas mobilizando Agentes Comunitárias de Saúde, no Sistema Único de Saúde (SUS); ou valorizados os serviços socioassistenciais ofertados Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para viabilizar a garantia de algumas seguranças sociais emergenciais, entre elas a segurança de renda, por meio do Auxílio Emergencial voltado para a população em situação de pobreza. A compreensão equivocada da estrutura dos problemas públicos aliada a argumentos políticos não baseado em evidências, e a própria falta de vontade política, vem gerando drásticas consequências que cada vez mais esfacelam a lógica da proteção social. Vivenciamos lógicas disruptivas e distópicas da gestão pública por parte do Governo Federal brasileiro que põe em xeque o Estado de Direito garantido constitucionalmente.

Após seis meses sobrevivendo e/ou morrendo com a pandemia, chegamos ao ápice de mais de 5 milhões de pessoas contaminadas e mais de 150 mil mortes. O vertiginoso crescimento dos indicadores da pandemia no Brasil faz jus ao nível de colapso político iniciado em 2013 e robustecido com a última eleição presidencial, em 2018, fundado numa antiutopia neoconservadora e neoliberal. É desesperador! Dá medo! Como bem poetiza o sábio Gilberto Gil, não se trata do medo da morte, mas do medo de morrer. Quem sabe do medo de não ter coração...

Esse ensaio, para que não fique apenas no anúncio de tormentas, busca de modo despretensioso um duplo objetivo: a) refletir sobre como a crise política e a pandemia aprofundaram distopias no âmbito das experiências públicas; b) argumentar sobre como a gestão social pode apontar caminhos para novas utopias necessárias ao fortalecimento da esfera pública. Além dessa introdução, a seguir discorro nas duas próximas sessões sobre questões relacionadas a acepção sobre distopia que emprego nesse texto, situando três destas que julgo principais. Por fim, trago argumentos mais inspiradores sobre como a gestão social pode representar esse construto e prática que nos guie a caminhos utópicos necessários à gestão pública.

2. Distopias aprofundadas pela pandemia e pela crise política

O ano de 2020 certamente marcou a história mundial e especialmente do Brasil, por ser um ano em que medo, pânico, histerias, hipocondria, outros adoecimentos psicossociais nos assolaram. Categoriza-se o chamado “novo normal” numa tentativa de adaptar a sociedade a possíveis novos padrões de comportamentos, atitudes e práticas que gerem novas sensações de segurança frente aos riscos, de modo a minimizar danos e/ou irromper o futuro. A pandemia da Covid-19 é tão grave que nos impôs crenças falaciosas de que existia uma “normalidade” aceitável, ante ao “paradigma da sociedade do risco³” imposto pelas desigualdades sociais. Assim, mesmo os mais progressistas e que acreditam no Estado de Direito, são colocados a se empenhar numa dupla função de proteger-se e de algum modo proteger os outros, desenvolvendo ações que para alguns “normalmente” poderiam ser julgadas como assistencialistas e não garantidoras de direitos. Para mim, essa é uma das expressões que há muito já não estávamos no “normal” e isso não ocorre devido apenas a crise sanitária, mas se assola com as crises políticas desde 2013, com o Golpe de 2016, e com os resultados das eleições presidenciais de 2018.

³ Ulrich Beck (2011), faz referência a tal paradigma como a produção social de riqueza acompanhada pela produção social sistemática de riscos num contexto tardio de modernização que não deixa claro como evitar efeitos das desigualdades sociais e o que seria o aceitável do ponto de vista ecológico, médico, psicológico e social.

Passamos a viver sob a égide da tirania de um vírus tão minúsculo e de um desgoverno com ideais neoconservadores que se aproxima do fascismo. Aprofundam-se, assim, distopias, sentimentos, sensações, comportamentos e atitudes ambivalentes na sociedade, frente aos riscos e vulnerabilidades pessoais e sociais que se agravaram. Vivemos o desafio de lidar com as necessárias solidariedades mecânicas emergentes sem perder de vistas a lógica da garantia de direitos sociais pelas políticas públicas; a filantropização das relações sociais e a solidariedade orgânica; a ajuda⁴ e o direito; o individualismo e o comum; valorizar a vida e banalizar a morte. Esses são exemplos que mostram para além das ambiguidades, posicionamentos em mais de um sentido que podem gerar equívocos por meio da possibilidade excludente do “ou/ou”; que temos convivido com múltiplas ambivalências⁵ que nos fazem experimentar práticas, conceitos, valores e sentimentos muitas vezes opostos concomitantemente (“e/e”). A sociedade pandêmica que acirra os riscos torna-se cada vez mais ambivalente.

O termo distopia foi usado por Stuart Mill, no Parlamento Britânico, em 1868, para se referir ao conceito filosófico oposto, a utopia, palavra grega que significa "lugar nenhum" e foi usada como título do livro do escritor, humanista e estadista Thomas More, publicada em 1516. Mas a utopia também entendida como o lugar ideal, sistema perfeito, estado ideal, com a máxima concórdia e felicidade... “Uma ilha perfeita e inatingível” como More descreveu.

A distopia ganhou espaço como gênero na literatura. A característica central presente nas obras distópicas é a ideia de futuro olhando para o presente, com um discurso pessimista sobre o mundo. Sempre se passa num universo ainda não real, no entanto muito próximo de se realizar. A tecnologia também é um fator que sempre aparece de modo muito forte. A presença do totalitarismo, enquanto o poder de vigiar, de oprimir, de punir vindo de uma elite e/ou governo, que acaba sendo reforçado pela tecnologia é outra característica. Além disso, a presença da violência banalizada e/ou generalizada que, por vezes, criam certo ânimo, suspense ou horror.

A ideia de a distopia aqui usada é mesmo a da antiutopia, da ausência de utopias necessárias para a garantia da sobrevivência, ou mesmo, da compreensão de algo que está fora do lugar = (dis)tópico.. A utopia, portanto, não é usada aqui no sentido de inatingível. Mas de um lugar ideal para esfera pública, em que haja um comprometimento equitativo entre governos e sociedade para buscar garantir o bem-estar e proteção social.

Qualquer semelhança de obras ficcionais distópicas com o que vivemos no Brasil em termos de crise política agravada pela pandemia não é simples semelhança. Para além de gênero de alguns livros (como as de George Orwell, com o romance *1984*, publicado em 1949, ou com a *Revolução dos Bichos*), e séries de canal fechado (como *Black Mirror*, na Netflix), infelizmente, vivemos distopias na vida real, promovida cotidianamente pelo um “Bozo Mirror of Pandemic”.

Alguns elementos são ilustrativos dessa série não televisiva que impõe um “novo normal”, perante uma sociedade que em seu antigo “normal” não supõe tanta “normalidade”. Questionamos que muitas pessoas

⁴ Tenho professado cotidianamente que tenho aversão a palavra ajuda, pois me parece antagônica a noção de direito. Digo isso, pois não existe ajuda desinteressada, que não implique em troca e que muitas vezes é desigual. Mas, frente a catástrofe que vivemos, como também não a considerar?

⁵ Para Bauman (1999, p.9) a ambivalência diz respeito a “possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar”. Isso gera um desconforto pela incapacidade de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas. Porém, a ambivalência não é produto da patologia da linguagem ou do discurso, pois decorre da necessidade de nomear e classificar, de “postular que o mundo consiste em entidades discretas e distintas; depois, que cada entidade tem um grupo de entidades similares ou próximas ao qual pertence e com as quais conjuntamente se opõem a algumas outras entidades” (Bauman, 1999, p.11).

não tem dado a devida importância aos indicadores de contaminação e mortes pelo Novo Coronavírus. Mas será que também vinha sendo dada a devida importância a outros indicadores de violência e morte, tais como:

- entre 2011 e 2018, dados coletados pelo Disque 100 (canal para receber denúncias via telefone referentes a violações de direitos humanos), pelo Transgender Europe e pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), somaram-se 4.442 assassinatos de pessoas LGBTI+. Esse número equivale a 552 mortes por ano, ou uma vítima de homofobia a cada 16 horas no país. Foram 5.930 notificações de violência contra essa população (Preite, 2019);

- de acordo com o Atlas da Violência (Ipea, 2019) ocorreram 65.602 homicídios em 2017, sendo 35.783 de jovens, 91,8% homens e 72,4% dos assassinatos cometidos com arma de fogo. 75,5% das vítimas de homicídios são negras, crescendo a taxa em 33,1% para essa população e 3,3% para os não negros. A cada 26 minutos morre um preto. 4.936 mulheres foram assassinadas naquele ano – representando o maior número em 10 anos – representando 13 vítimas por dia em média, e sendo 66% destas negras;

- a edição do Atlas da Violência de 2020 (Ipea, 2020), sobre dados de 2018, contabilizar 57.956 homicídios. Mantem-se os 75,7% a pessoas negras. Ocorreram 4519 feminicídios, aumentando em 12,4% entre 2008 e 2018 o número de mulheres negras assassinadas. Nesse mesmo período há um decréscimo de 11,7% de assassinatos a mulheres não negras.

- em 2019, conforme o Relatório do Disque Direitos Humanos - Disque 100, a maior elevação de denúncias a violências e outras violações de direitos ocorreu para os casos envolvendo a população em restrição de liberdade e as pessoas idosas (31,3% e 29,3%, respectivamente). Os registros envolvendo crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e população em situação de rua sofreram aumento dentro do crescimento geral do número de denúncias (13,9%, 9,5% e 1,1%, respectivamente). 56% das vítimas foram do sexo feminino, 64% pretas e pardas e 80% com baixa escolaridade (Brasil, 2019).

Ao me deparar com esses indicadores a primeira coisa que me vem à mente é se uma sociedade que não atenta para a gravidade dos riscos das violências poderia ser considerada “normal” ou mesmo o que seria esse “normal”? Até que ponto a naturalização e “normalização” das violências, por exemplo, pode influenciar muitas pessoas a renegarem a gravidade dos riscos gerados pela pandemia? O que acontece quando alguém diante de tantos riscos que já enfrenta, sequer consegue reconhecer novos riscos? Nem mesmo o Novo Coronavírus parece uma ameaça para alguns... Essas talvez sejam questões que estão entranhadas para entendermos as distopias que vivemos em nosso país e afetam a esfera pública. Se antes manter dados padrões para garantir a sobrevivência, já eram considerados de risco, dentro de estruturas e contextos de desigualdades sociais, raciais e de gênero, quais serão os padrões do chamado “novo normal”?

As distopias atuais também podem ser percebidas quando pensamos em algumas narrativas e performances que permeiam e influenciam a opinião pública nos últimos tempos. Cito aqui apenas algumas:

- políticos liberais, privatistas, literalmente vestindo colete do SUS e passando a defender o sistema;

- parte da mídia que apoiou o Golpe de 2016, agora sendo tachada como esquerdista, pelo fato de discordarem da forma de governo atual;

- Youtubers e digital influencers que também contribuíram com o Golpe de 2016, agora com discurso progressista e atacando diariamente o desgoverno federal;

- cantoras populares dando aulas com linguagem simples e acessível sobre política e sendo elogiadíssima pelos milhares de seguidores;
- alguns poucos pobres, pretos e homossexuais, oprimidos estruturalmente, defendendo Bolsonaro antes e durante a pandemia;
- defensores da “corruptofobia” vista como problema público maior, talvez já voltam ao “normal” quanto a menor ênfase dada a gravidade da corrupção;
- governos estaduais e municipais historicamente antagonistas, de partidos de direita e esquerda, dando show de civilidade no tratamento das questões da pandemia (pelo menos até antes da campanha eleitoral de 2020 para as eleições municipais);
- alguns movimentos sociais criticando um dos seus principais “heróis” nacionais da esquerda, pelo uso de palavras indevidas e mal colocadas... entre outros casos emblemáticos.

Poderia listar aqui uma série de outras idiossincrasias, mas essas junto com os indicadores anteriormente citados já são suficientes para compreender o que considero como fatores que aprofundam e/ou criam novas distopias. Outra inquietação que me vem é que talvez sejamos coagidos a acreditar nisso, até para suavizar as dores democráticas que sentimos. O pior é que se confunde “tudo com tudo” e as vezes até se esquece o passado. Mas frente as condições de impotência que vivemos, vale apostar um pouco, incluindo crer em alguns possíveis “novas verdades” e “arrepentimentos”. O meu maior temor frente a tais questões é que tenhamos pelo menos um mínimo de discernimento para identificar e entender: quem são os nossos verdadeiros inimigos?

Estas expressões das distopias que se refletem a cada dia na vida, na política e na gestão pública, ilustram aqui a ideia de distopia como antiutopia. A pandemia tem gerado uma série de inseguranças, privações, desespero que se agravam e são reforçadas devido a falta de uma lógica de uma gestão social à gestão pública ou de uma Gestão Pública com P maiúsculo. Vivemos ausências, omissões e ataques aos direitos por parte do governo federal que aumentam as inseguranças sociais. Felizmente, alguns governos estaduais e municipais, além de segmentos da sociedade civil, como já pontuado, têm em alguma medida conseguido exercitar certa dialogicidade, própria da gestão social.

Nossas preocupações com o presente e futuro são a partir de poucas esperanças. Talvez a pergunta que mais se faça hoje é: o que será do Brasil pós-pandemia e pós-bolsonarismo? Na Bahia costumamos dizer: quem souber morrer! Eu diria, infelizmente: quem sobreviver, verá!

Nessa série não tão ficcional de desastres sequenciais na gestão pública, ainda não temos robôs nos matando, mas temos robôs virtuais nos bombardeando aceleradamente de Fake News ou da pós-verdade, como queiram compreender. É reforçada uma lógica da negação da ciência, da autocracia, das discriminações, da antidemocracia, do antirepublicanismo. Exploram a pouca criticidade, a enganação da fé salvacionista, e as convicções justiceiras, messiânicas e mitológicas que sustentam o “bolsonarismo”. Eu entendo o “bolsonarismo” como uma roupagem brasileira do fascismo, num país com uma democracia jovem, porém, com raízes plantadas no patriarcado, no elitismo e no racismo que derivam outros preconceitos e discriminações.

É importante falar de fascismo e o que ele significa sem medo. Esther Solano Gallego (2018) pontua de modo muito simples, que o fascismo significa o silenciamento do outro, tratar o outro como inimigo que tem

de ser aniquilado. No livro que ela organizou, “O Ódio como Política”, fica evidenciado tais características no Brasil quanto a crise política que é provocada pelo ódio, pela busca de aniquilar os “diferentes”, seja de modo físico, simbólico, emocional, psicológico.

O bolsonarismo a cada dia nos oprime, vigia e pune. Somos cotidianamente violentados(as), de modo banalizado e generalizado. Se não se pode respirar pela Covid, nos asfixiam pela política. Essas violências atuais, para além das mais tradicionais, se mostram também em suas mutações hipermodernas, como coloca o filósofo sul-coreano Byung Chu Han e são manifestadas em

espaços subcutâneos, subcomunicativos, capilares e neuronais, que adotam uma forma microfísica, que pode ser exercida até mesmo sem a negatividade do domínio ou da inimizade. São violências que descolam do caráter visível para invisível, do frontal para o viral, da força bruta para a medial, do real para o virtual, do físico para o psíquico, do negativo para o positivo (Han, 2017, p. 7-8)

Diante esse cenário catastrófico e violento para a gestão pública e conseqüentemente para a sociedade, em especial, quero destacar três distopias que afetam diretamente as nossas vidas e nos remetem a algumas ambivalências. Três focos quanto a ausência de utopias ou antiutopias que ao meu ver merecem maior atenção no âmbito da esfera pública: DISTOPIA 1 – a perduração do “ódio como política”; DISTOPIA 2 – as limitações do espaço-tempo e as possíveis ambivalências do uso das tecnologias como formas de adaptação ao chamado “novo normal”; DISTOPIA 3 – a desterritorialização das nossas vidas, das desigualdades sociais e das experiências públicas.

DISTOPIA 1 – a perduração do “ódio como política”

O “ódio como política” parece ser um produto e produtor da reorganização neoconservadora⁶ que gera posturas autoritárias e antidemocráticas. Isso é expressado por fenômenos como a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, a saída do Reino Unido da União Européia (BREXIT), a ascensão do bolsonarismo e da popularidade de Bolsonaro (Solano Gallego, 2018). O neoconservadorismo é representado pelas elites políticas e culturais dominantes, formando a consciência dominante atribuindo as crises das sociedades capitalistas tardias a um presumido “excesso de democracia”, ao caráter disfuncional do estado de bem-estar intervencionista, ao trabalho desestabilizador de uma “classe intelectual de esquerda”, que encoraja as massas em suas demandas por autodeterminação e pela perda de autoridade do sistema burguês de valores. Por isso, os neoconservadores buscam refrear o desejo de autodeterminação dos cidadãos, optando pelo modelo elitista de democracia em detrimento do participativo; limitar o intervencionismo estatal, reduzindo ao mínimo o papel do Estado; promover parte da sociedade civil, entendida à maneira de Hegel e da economia clássica, como um sistema de necessidades, em que cada indivíduo é um fim para si mesmo,

⁶ Cortina (2000) a partir da análise de Dubiel, afirma que neoconservadorismo não se refere apenas as políticas econômicas liberais, nem à rejeição do socialismo. Em vez disso, esse termo denota uma doutrina da sociedade estruturada que visa resolver problemas políticos. Para tal doutrina, a história do Iluminismo não é a de um fracasso retumbante, por causa das duas direções de progresso, a técnica e a moral. Não há dúvida de que a primeira pode ser computada como um fato: a economia capitalista e o desenvolvimento técnico constituem um legado valioso do Iluminismo, que nada aconselha rejeitar

embora para alcançar esse fim especificar mediação universal; criar um novo mundo de valores que abraça o liberalismo político e econômico (CORTINA, 2000).

A perduração da ira como forma de política impõe ainda mais riscos aos caminhos democráticos e a própria esfera pública. Se observamos isso a partir de uma lógica primordial do conceito de política na modernidade e das mudanças que ocorreram ao longo do tempo, centrando-a na ação do Estado, chega a ser desesperador. Numa sociedade pandêmica o *modus operandi* do atual ocupante do governo federal remete a um projeto de genocídio, epistemocídio e outras formas de óbito da *res publica*.

Os “incidentes de ódio” são produzidos a partir de constantes comportamentos de desprezo e maltrato das pessoas que pertencem a um dado coletivo, porém, tais comportamentos não cumprem o requisito de estar tipificado como delito. As condutas delituosas passam a crescer e se naturalizar porque o âmbito da moralidade passar a ser mais amplo que o do direito, bem como, a atitude de desprezo pelos outros e as ações nas quais esta se reflete são um caráter mal forjado de situações de degradação. O “discurso de ódio” (*hate speech*), tão antigo quanto a própria humanidade, consiste em qualquer forma de expressão com a finalidade de propagar, incitar, promover ou justificar o ódio a determinados grupos sociais, numa lógica de intolerância e desrespeito (Cortina, 2017). Desde modo, usa-se a própria pandemia e as inseguranças que está causa, para acirrar a cólera e promover a barbárie. Importante ressaltar que o respeito é o alicerce da esfera pública e onde ele desaparece, ela desmorona. “A decadência da esfera pública e a crescente ausência de respeito se condicionam reciprocamente” (Han, 2018, p, 13).

Se é ódio que impera como forma de política (*politic*), não teremos políticas públicas (*policy*), principalmente, as sociais. E, as que temos, tendem a ser desmontadas e extintas dentro de uma lógica de aniquilação das diversidades.

Remeto a uma previsão que a Profa. Aldaiza Sposati trouxe em uma conferência num evento que organizei em 2017, num contexto de luta contra a PEC da Morte e outras mazelas políticas. Assertivamente ela iniciou o debate perguntando: “Estamos falando muito de desmonte das políticas sociais e do ‘fora isso’, ‘fora aquilo’. Mas será que temos a clareza do que é ‘monte’ e do que queremos ‘dentro’?”. Ao que parece não sabíamos tão bem e a lógica do ódio avançou.

A pandemia de modo “escrachado” vem mostrando as nossa “dor e delícia de ser o que é” na gestão das políticas públicas no Brasil. Em recente publicação, Sposati (2020) chama atenção novamente para os efeitos da vivência da pandemia da Covid-19 que impôs uma nova realidade para os implementadores das políticas sociais, especialmente, as de proteção social. Se por um lado se estabeleceu a necessidade de cuidados sanitários com recomendações gerais de distanciamento e isolamento social, a pandemia visibilizou a desigualdades sociais, evidenciando uma nova categoria de invisíveis. A situação é agravada uma vez que não existia, muito menos existe agora, transparência e publicidade da realidade social e das demandas que as populações em situação de risco e vulnerabilidade social possuem. Assim, somos impedidos de classificar essa massa de invisíveis, já que se “nem números são para serem contados, como dizer que são humanas/os e cidadãos/ãos?” (Sposati, 2020, p. 6). A falta de atenção na opinião pública sobre essa população gera por extensão certa invisibilidade das políticas de proteção social que construímos no SUAS e no SUS.

Sairemos melhores ou piores desta realidade distópica na política? Não sei, pois num país que tem o elitismo no seu DNA, precisa de muito para passar por uma mudança, não, genética, mas ética, na política brasileira. Não quero pensar assim de modo distópico. Mas com esperança que a política e a gestão pública pode mudar a partir de novas mobilizações políticas da sociedade em torno da lógica do público, comum,

compartilhado. Politizar a gestão social e praticá-la no âmbito da gestão pública, pode ser um caminho que mais adiante busco retomar. Unir discurso a ações efetivas de resistência e enfrentamento, para além de manifestos e notas de repúdio, talvez seja o maior desafio nesta realidade distópica. Repensar o social baseados em lógicas de solidariedade, reciprocidade e empatia deve ser um horizonte utópico a buscarmos.

DISTOPIA 2 – as limitações do espaço-tempo e as possíveis ambivalências da tecnologia

A pandemia alterou completamente a nossa noção de espaço-tempo e isso se incide no âmbito privado, como no público. Conciliar nossas novas e únicas possibilidades de espaço com o tempo, a casa e a virtualidade, para aqueles que podem, tem sido a imposição do “novo normal”. Um tempo que tem de dar conta dos afazeres domésticos, do cuidado consigo e com os seus, do trabalho mecânico e/ou intelectual etc. Obviamente, isso se aplica para quem tem casa, internet e computador. As possíveis soluções e mediações tecnológicas para os problemas complexos gerados pela pandemia, de um lado podem encurtar distâncias e viabilizar trabalhos, por exemplo. Mas, por outro lado, exacerbam cada vez mais a visibilidade das desigualdades, das ausências de condições de sobrevivência a pandemia, especialmente, para grupos considerados em situações de maior vulnerabilidade. Nesse sentido, destaco a indagação feita por Sposati (2020), em conferência recente, por meio virtual: “Como usar o digital, se nem maçaneta de porta muitos têm para abrir?”. O cibernético é algo que pode aproximar, mas também é distante e distancia, principalmente, àqueles que são tão “invisíveis” que não tem condições de aparecer sequer por uma tela. Sobre isso, deixarei para tratar mais na distopia 3.

Enquanto o espaço-tempo virtual parece ser crescente e incansável para bobagens e Fake News, tenho a impressão que é decrescente e causa extremo cansaço para acesso e apreensão às informações qualificadas, cientificamente comprovadas e que gerem aprendizagens republicanas. É evidente a exaustão coletiva vivida no mundo pandêmico, causada maratona de lives, webinars, reuniões virtuais etc. Ainda pode se questionar a efetividade disso, pois há situações em que se percebe que a participação virtual é muito mais para cumprir protocolos, para saudar e prestigiar nossos pares ou superiores. Estamos assoberbados de afazeres domésticos, eventualmente com a cabeça em outro lugar, em outro espaço.

Outro ponto importante de se destacar é que a comunicação digital possibilita encontros, mas que nem sempre são os que desejamos e como queremos que sejam. A ambiguidade posta pelo uso exacerbado das tecnologias digitais é que ao mesmo tempo em que ao mesmo tempo que estamos distantes fisicamente, estas nos levam a falta de distância, fazendo com que o público e o privado se misturem. A virtualidade comunicacional desconstrói a distância espacial de modo generalizado gerando uma erosão da distância mental e uma “exposição pornográfica da intimidade da esfera privada” (Han, 2018, p. 13).

Se observamos, por exemplo, o ensino remoto usado de modo emergencial no âmbito do ensino superior, teremos vários casos em que perceberemos as limitações desse espaço-tempo digital. Professores adentram sem total permissão as casas dos estudantes e vice-versa. Janelas virtuais se abrem enquanto salas de aula, sem necessariamente percebermos a atenção ou reação dos estudantes aos processos de ensino-aprendizagem. As mil questões privadas, da família e da casa que agora também é usada como mesmo espaço para formação ou para trabalho evidenciam a importância da convivência em público. O “*homo digitalis*” não é um ninguém, mas um alguém anônimo, que tenta preservar sua identidade privada, mesmo que “ele se comporte como parte do enxame” (Han, 2018, p. 28).

Tal mediação tecnológica é ainda mais ambivalente e desigual em tempos pandêmicos, se observarmos as questões de gênero. As “mulheres digitais”, especialmente, as estudantes e trabalhadoras, muitas vezes são mães e passaram a ser compelidas no isolamento social a conjugar cuidar dos filhos e trabalhar num mesmo espaço. Tornou-se comum muitas vezes estes filhos aparecem em lives e webinários demandando às mães atenções específicas ou mesmo clamando que estas parem de trabalhar. Para o público isso pode até parecer fofo ou engraçado. Mas é algo de uma gravidade tamanha do ponto de vista das condições de ser mulher, mãe, estudante e profissional. O aumento do ônus pelo cuidado e consequente estresse é um problema público que deve ser observado.

Enfim, por mais fantástico que possam ser as possibilidades do espaço-tempo virtual e digital, nada substitui a troca de energias dos encontros presenciais vida real e não virtual! O uso dos diferentes espaços-tempos públicos e privados é uma necessidade para se manter as privacidades individuais e familiares e ao mesmo tempo fortalecer a esfera pública. Dentro do anunciado “novo normal”, nada substitui o presencial, o físico, o toque, a energia dos corpos e almas. A utopia necessária é nos cuidarmos para que possamos equilibrar nossas forças e necessidades entre o presencial e o virtual. Para isso, o Estado deveria também dar os suportes necessários para diminuir os riscos e vulnerabilidades que passam a ser também virtuais.

DISTOPIA 3 – A desterritorialização das nossas vidas, das desigualdades e das experiências públicas

Se quem está em isolamento sente falta de espaços públicos, quem não tem como estar e, por exemplo, está em situação de rua, certamente, sente mais falta de um espaço privado. Não necessariamente de um albergue provisório que tem sido providenciado emergencialmente por alguns governos.

A pandemia e a crise política têm deixado cada vez mais patente as desigualdades que ocasionam as vulnerabilidades para pessoas em situação rua, idosos, pessoas com deficiências, mulheres, crianças e adolescentes, entre outras populações em situação de vulnerabilidade. Aliás, muito tem-se falado sobre os “vulneráveis”. Como lembra Sposati (2020), isso não é uma condição individual, há um processo gerado pelas desigualdades que leva a vulnerabilização. As pessoas que passam por essas situações, são aquelas a quem os direitos e acesso não estão disponíveis. Desse modo, a contexto pandêmico escracha que os riscos também estão distribuídos desigualmente.

A única certeza possível até então para sobreviver a Covid-19 é o #fiqueemcasa, lave as mãos, use álcool em gel, mantenha o distanciamento e isolamento social. O risco de sobrevivência passou a ser o maior de todos. Mesmo para os que podem cumprir o isolamento social também está presente uma grande ambivalência: ao passo que o isolamento é algo visto inclusive pelas políticas de proteção social como um fator de agravamento risco, na atualidade, é única certeza que nós temos com relação minimizar o risco de contaminação e sobrevivência, além da proliferação da Covid-19. É a única vacina que temos. Isso significa lutar e proteger a vida. Nada mais ambivalente que ficar isolado E viver!

Uma questão fundante é que com o necessário isolamento social, também se decreta para aqueles que não tem condições disso, que as desigualdades sociais estão assinalando a proximidade da morte mais para uns que para outros (Sposati, 2020). É preciso questionar o que significa ficar em casa para quem não tem

casa, ou mesmo para os quem tem, que estruturas são essas e em quais condições as pessoas têm que ficar em casa. Recente Han (2020), em artigo publicado no El País, questiona:

De que adianta fechar lojas e restaurantes se as pessoas continuam se aglomerando no metrô e no ônibus durante as horas de pico? Como guardar a distância necessária assim? Até nos supermercados é quase impossível. Em uma situação como essa, as máscaras protetoras realmente salvariam vidas humanas. Está surgindo uma sociedade de duas classes. Quem tem carro próprio se expõe a menos riscos. As máscaras normais também seriam de muita utilidade se os infectados as usassem, porque dessa maneira não propagariam o vírus (Han, 2020, El País – grifo meu)

Mas, mesmo assim, tem aqueles seguidores da seita bolsonarista que irresponsavelmente e criminosamente em seus carros de luxo fazem carretas nos finais de semana, businando pelo fim do isolamento social, tirando o pouco sossego de quem fica casa, instigando aqueles que, de fato, não podem manter o isolamento social.

Outra questão importante a ser ressaltada é a respeito de um dos problemas que, de modo experiencial, tem aumentado: os casos de violência intrafamiliar, incluído casos de violência contra a mulher, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos. Isso inclui violências quanto a negligência, agressão física e psicológica, abuso sexual etc. Porém, qual a atenção pública que de fato tem sido dada a essas questões? Mais uma vez ressalto, sequer temos dados sobre essas situações.

Assim, tem-se estabelecido novas arenas públicas manifestadas em torno de situações extremamente problemáticas. É preciso para além da “construção dos problemas sociais”, analisarmos a “ecologia das experiências públicas” que nascem de “*provas afetivas, sensíveis ou avaliativas* que perturbam a base de evidência das coisas da vida cotidiana e levam a fazer investigações para elucidar em que consiste esse distúrbio e para se ter uma experiência dele” (Cefai, 2017, p. 191). É preciso nesse momento pensar utopicamente não apenas das experiências vividas na pandemia e crise política não apenas do ponto de vista das “vivências subjetivas”, mas como enfatiza teoricamente Cefai (2017), da recuperação do “habitat experiencial”, nas transações que as formas de vida se mantêm com os seus ambientes. Os distúrbios gerados no atual contexto são sofridos, sentidos e suportados como ameaças às nossas vidas ou aos nossos bens. Estes constituem novos problemas públicos, que estão relacionados ao padecer, compadecer e agir, com uma dimensão de passividade

Experiências públicas e privadas vividas durante a pandemia e crise políticas desterritorializam nossas vidas e as desigualdades sociais. É preciso aprofundar e ampliar o olhar para as fragilidades sociais e os muitos desafios postos para a gestão pública da sociedade durante e pós-pandemia. A utopia necessária é lutar para romper com a invisibilidade e com ausência de políticas públicas.

3. A gestão social como utopia

O confinamento ou isolamento social cada vez mais nos revela, por um lado, a importância da coisa pública; por outro, a maior visibilidade das desigualdades sociais para aqueles que não têm condições de cumprir

tais regras. Para quem pode estar no espaço originalmente do privado, da casa, da família em todas as suas configurações, talvez esteja nos dando o verdadeiros sabores e dissabores sobre o que é viver num mundo privado, isolado. Viver em público e no público é uma necessidade constante, que deve ser pensada para o futuro para um “novo” que não necessariamente será ou “voltará” ao “normal”.

A acentuação da distribuição desigual dos riscos, como já colocado, revela uma sociedade doente que é racista, machista, misógina, LGBTfóbica, capacitista com pessoas com deficiência, aporofóbica (que tem aversão e rejeita os pobres - Cortina, 2017). Para além da pandemia, vivemos uma “sindemia social” que vivemos há muito tempo. Isso não pode nos colocar numa posição de inércia ou simplesmente do exercício de solidariedades mecânicas e pontuais. É preciso criar e acreditar, no âmbito da gestão pública, em novas utopias para resolver os problemas públicos. A gestão social nas práticas da gestão pública pode apontar para outros lugares ideias da esfera pública. Para isso é preciso compreender a gestão social como um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder” (Araújo, 2014, p. 90) A lógica humanitária, do interesse público e do social em detrimento dos interesses privados, individuais e monetários é a utopia à nos guiar. A fronteira para as aplicações da gestão social é “definida pelo caráter de expansão da esfera pública e da coprodução do bem público”

Eu creio que nesse momento em que eu coloco a gestão social como uma possível utopia a gestão pública, arriscaria dizer que é preciso avançar no próprio conceito e prática da gestão social. Frente a racionalidade instrumental requerida pela gestão pública é preciso destrinchar melhor o que é a lógica da “ideologia social e do interesse público” e qual a qualidade dos processos indutivos existentes nas práticas gestionárias participativas, horizontais, dialógicas e democráticas, tão peculiares a gestão social.

A utopia da gestão social não está relacionada apenas a boa narrativa ou prática exemplar de projetos, programas ou ações pontuais da sociedade civil. Tampouco ao lugar divino da moralidade bíblica; nem ao “não lugar” da ilha de Tomar More; nem a república de Platão, do “lugar perfeito”, mesmo sendo aquela que não respeitava os poetas.

Temos que ultrapassar a fronteira da lógica da gestão social enquanto a gestão das organizações com finalidade social, ou a voltada apenas para a pobreza e exclusão. Precisamos de soluções alternativas para superar as desigualdades ou para empoderar as pessoas em situação de vulnerabilidade... Isso é, uma gestão social que busque de modo estrutural e ético combater as desigualdades.

Assim, eu arriscaria dizer que a gestão social agora e pós-pandemia, requer:

- um quadro de valores radicalmente humanistas que percebem o outro no seu Ser e não apenas no Vir-a-Ser. Isso implica em total respeito as diversidades e numa mudança em agendas de ação e inclusive de pesquisa. Para além de uma pesquisa implicada substituindo a pesquisa aplicada, como bem lembrou Rosana Boullosa durante o Pré-Enapegs, temos que ter uma pesquisa de resistência;
- ser mais feminina, mais preta, mais homossexual, mais trans, mais indígena, mais pessoas com deficiência... Se pregamos a dialogicidade ela tem que se iniciar por aí, por aqueles que são mais vulnerabilizados e ameaçados de morte a cada dia seja pelo Novo Coronavírus ou pelo desgoverno que impera em nosso país.

- ter a possibilidade de promover uma Gestão Pública mais humana, interseccional, intersetorial e interdisciplinar.

Para terminar com poesia em tom utópico, cito verdadeira oração não messiânica, para inspirar a nos livrar das distopias:

Deus me proteja de mim e da maldade de gente boa
 Da bondade da pessoa ruim
 Deus me governe e guarde ilumine e zeze assim
 Caminho se conhece andando
 Então vez em quando é bom se perder
 Perdido fica perguntando
 Vai só procurando
 E acha sem saber
 Perigo é se encontrar perdido
 Deixar sem ter sido
 Não olhar, não ver
 Bom mesmo é ter sexto sentido
 Sair distraído espalhar bem-querer
 (Chico César, Deus me Proteja, 2008)

Enfim, que possamos espalhar a gestão social, mesmo que como utopia, buscando ver para não ficar perdido. Com perdão da redundância, que espalhemos e acreditemos na utopia de uma gestão pública social e de uma gestão social cada vez mais pública.

Referências

- Araújo, E. T (2014). **Gestão social**. In: Boullosa, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, p. 85-90.
- Bauman, Z. (1999) **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Beck, U. (2011) **Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade**. Tradução: Sebastião Nascimento. 2ª ed. São Paulo: Editora 34.
- Brasil (2020). Site do Ministério da Saúde. Recuperado em 25 mai. 2020, de www.saude.gov.br
- Brasil (2019). Ministério dos Direitos Humanos. **Disque 100 - Disque Direitos Humanos 2019**. Recuperado em 17 jun. 2019, de https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-ainformacao/ouvidoria/Relatorio_Disque_100_2019_.pdf.
- Cortina, A. (2000). **Ética sin moral**. 4 ed. Madrid: Tecnos.
- Cortina, A. (2010). **Aporofobia, el rechazo al pobre**. Barcelona: Espasa Libros
- Han, B. (2014). **Topologia da Violência**. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Han, B. (2018). **No enxame. Perspecticas do digital**. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Han. B. (2020). O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã. Recuperado em 22 mar 2020, de: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>

IG (2020). Covid-19: Brasil passa a Rússia e se torna o segundo país com mais casos. Recuperado em 22 de ma. 2020, de <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-05-22/covid-19-brasil-passa-a-russia-e-se-torna-o-segundo-pais-com-mais-casos.html>

Isto É (2020). Brasil passa o Reino Unido e se torna o terceiro país com mais casos de Covid-19. Recuperado em 18 mai. 2020, de <https://istoe.com.br/brasil-passa-o-reino-unido-e-se-torna-o-terceiro-pais-com-mais-casos-de-covid-19/>

Ipea (2019). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2019**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ipea(2020). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2020**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Preite Sobrinho, W. (2019) Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório... Recuperado em 20 de fev. 2019, de <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm?cmpid=copiaecola>

Solano Gallego, E. (org.) (2018) **O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo.

Sposati, A. (org) (2020). **Nota Técnica do NEPSAS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Assistência Social. SUAS e Proteção Social na Covid-19**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

Sposati, A. (2020) O risco de não ter como enfrentar os riscos: populações vulneráveis frente ao Novo Coronavírus. **Palestra na 2ª edição do Gestão Pública em Tempos de Crise**. Associação Nacional de Ensino em Pesquisa do Campo de Públicas, recuperado em 20 ago. 2020, de: <https://www.youtube.com/watch?v=bja6AVG-bPM>